



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 374/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Civil do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre existência de boletim de ocorrência no nome da requerente registrado por outra pessoa. Objeto não abrangido pela LAI. Não conhecimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 374/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Polícia Civil do Estado de São Paulo, conforme consta do protocolo SIC em epígrafe, para solicitação de informações sobre existência de boletim de ocorrência no nome da requerente registrado por outra pessoa.
2. Em resposta e em recurso, o órgão informou o que dispunha e esclareceu que esta não era uma demanda com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). Insatisfeita, a solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. No caso em apreço, observa-se não se tratar de um pedido realizado com base na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI). O SIC.SP recebe demandas relativas a acesso a informações, dados e documentos, produzidos e/ou acumulados na Administração Pública estadual, em atendimento ao disposto no artigo 7º da referida Lei de Acesso à Informação - LAI. O interessado realizou apenas uma consulta para o órgão. Assim, o recurso não atende ao disposto no artigo 20 do Decreto estadual nº 58.052, de 16 de maio de 2012.
4. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "*a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato*". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S.).
5. Assim, considerando não se tratar de demanda recursal motivada por acesso à informação,

Classif. documental

006.03.02.001

**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

e, tampouco, almejar reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas nos incisos I a IV do artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012.

6. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 09 de setembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado